



JORNAL DA

REAL GRANDEZA

Fundação de Previdência e Assistência Social

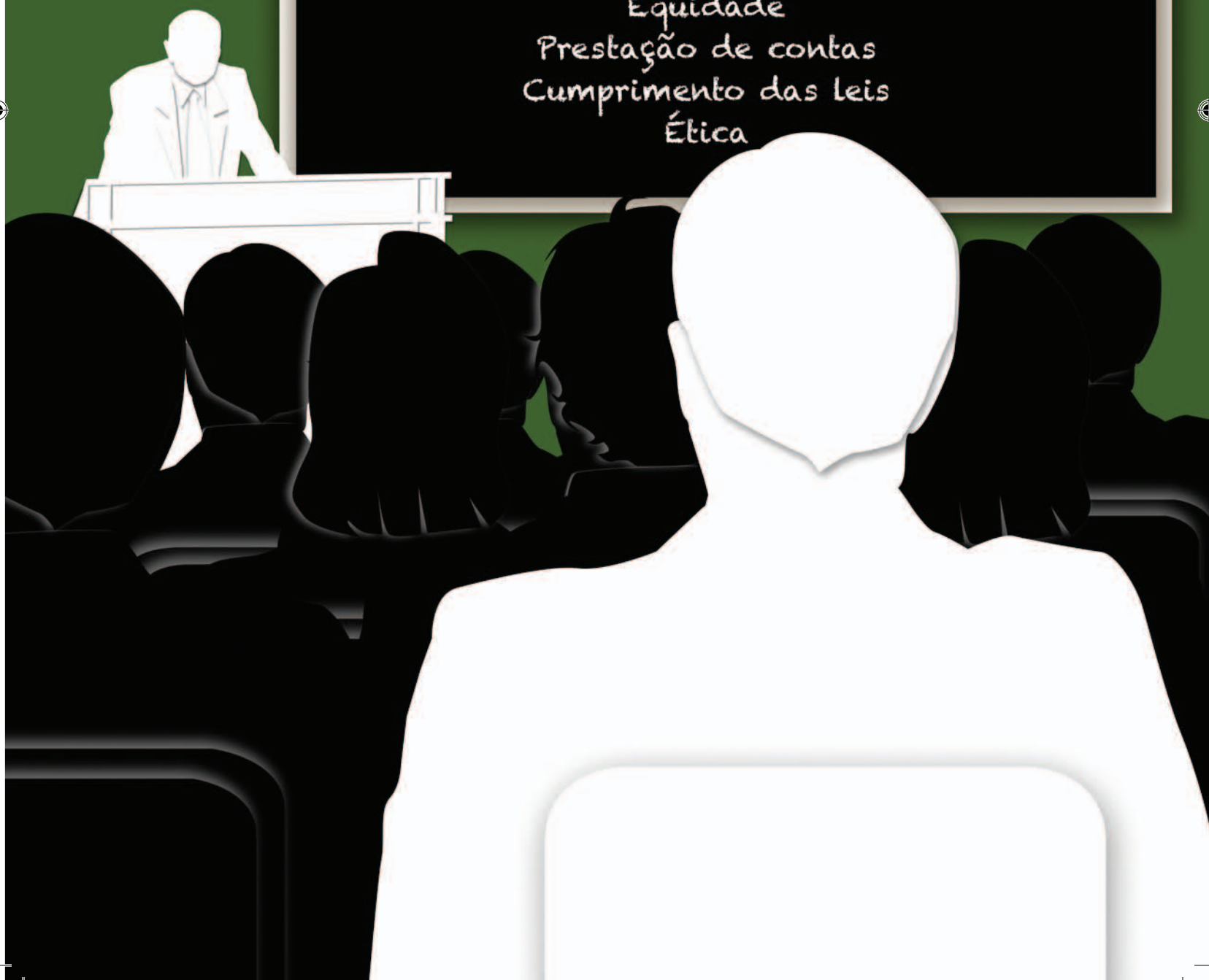
ANO XIX, Nº 97 - JULHO/AGOSTO DE 2010

www.frg.com.br

Encontro de dirigentes promove debate sobre práticas de gestão

Princípios da boa Governança:

Transparência
Competência técnica e gerencial
Equidade
Prestação de contas
Cumprimento das leis
Ética



Ganhos de eficiência

Ao realizar o seu primeiro Encontro de Dirigentes, a Real Grandeza deu um passo importante na direção de buscar o alinhamento dos conceitos que tratam das boas práticas de Governança Corporativa, cujo propósito é um só: aperfeiçoar processos de tomada de decisão.

A construção de processo decisório harmônico passa, fundamentalmente, pela consolidação dos mecanismos formais que regem o relacionamento entre conselhos Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva — tanto aqueles previstos na legislação quanto os descritos nos regimentos de cada um dos colegiados.

Há um consenso de que para obter ganhos de eficiência na gestão — e prestar melhores serviços a participantes e assistidos — é necessário promover uma clara divisão de competências entre essas instâncias e reduzir ao máximo as possíveis zonas de atrito.

O Jornal da Real Grandeza traz um resumo do que aconteceu durante o Encontro de Dirigentes. O saldo foi bastante positivo e, por esta razão, a intenção é realizá-lo, pelo menos, uma vez ao ano.

Sob uma outra ótica, o relacionamento com Furnas e Eletronuclear é também um dos temas abordados nesta edição, em que publicamos um balanço da situação do *Projeto de Sustentabilidade da Real Grandeza*, documento por meio do qual as patrocinadoras assumiram o compromisso de solucionar antigas pendências do Plano BD.

Uma entrevista exclusiva com o titular da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), Murilo Barella, esclarece mudanças ocorridas no Regime de Previdência Complementar.

Por fim, registramos aqui os nossos agradecimentos a Celso Guimarães, que deixou a Diretoria de Administração e Finanças para assumir um novo desafio profissional na Eletronuclear, e damos as boas-vindas a Wilson Neves que, por sua vez, deixou o Conselho Deliberativo para assumir o posto. Desejamos sucesso e boa sorte aos dois.

A Diretoria Executiva



ANO XIX, Nº 97 - JULHO/AGOSTO DE 2010

Publicação da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

Rua Mena Barreto, nº 143/6º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22271-100
Central de relacionamento com o participante
0800-282-6800

Fax: (21) 2286-5995
E-mail: comunic@frg.com.br
Tel.: 2528-6893
Tiragem: 12.500 exemplares
Distribuição gratuita.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

Diretoria Executiva

Diretor Presidente
Aristides Leite França
Diretor de Administração e Finanças
Celso Antonio Guimarães

Diretor de Investimentos
Eduardo Henrique Garcia
Diretora-Ouvidora
Tania Vera da Silva Araujo Vicente
Diretor de Segurança
Roberto de Carvalho Panisset

Patrocinadoras: Furnas Centrais Elétricas S.A./Eletrobrás Termonuclear S.A.
Eletronuclear/ Fundação Real Grandeza

Gerência de Comunicação da Fundação REAL GRANDEZA

Gerente
Luciano Frucht

Consultora
Cláudia Bensimon

Comunicação Interna
Margaret Yparraguirre
Valéria Paim
Daniela Valle (internet/intranet)

Coordenação editorial e redação
Elo Digitação e Comunicação/Elane Maciel
Fotos
Assessoria de Comunicação da FRG
Capa
Cláudio Duarte

Distribuição
Gerência de Administração e Serviços (GAS)

As matérias desse periódico têm caráter meramente informativo, não gerando quaisquer direitos ou obrigações.

Atenção usuários do Plames!

Por exigência da Agência Nacional de Saúde (ANS) a Real Grandeza é obrigada a enviar mensalmente à autarquia informações atualizadas sobre os beneficiários titulares e seus dependentes no Plames. Apesar dos avisos feitos por carta, e-mail e pelo próprio Jornal da FRG, 3.499 beneficiários ainda não enviaram seus dados. Informamos que os menores de 18 anos devem obrigatoriamente assinalar o nome da mãe no formulário. Os maiores de 18 anos devem preencher o nome da mãe e fornecer a inscrição no CPF ou PIS/PASEP.

Para regularizar a situação cadastral junto à ANS basta acessar www.frg.com.br, no módulo Cadastro, e verificar se todas as informações estão devidamente preenchidas. Caso contrário, pedimos aos beneficiários que entrem em contato com a FRG pelo e-mail grp@frg.com.br para que informem os dados solicitados.

Lembramos, mais uma vez, que o envio dessas informações é obrigatório e que a Real Grandeza poderá ser punida pela ANS caso não cumpra a determinação.

HOMENAGEM

A primeira prova

Fernando Sogdu Martins foi a primeira “prova” de negociação sindical pela qual passaram os dirigentes do SINDEPPERJ (Sindicato dos Empregados em Previdência Privada do Rio de Janeiro). Como Diretor de Administração e negociador patronal, ao longo de quase 6 anos de gestão na Real Grandeza, ele foi o responsável pelo primeiro movimento da empresa em direção ao reconhecimento institucional da representação de seus empregados (o SINDEPPERJ era então de existência recente, tendo se desmembrado da base da categoria securitária).

Ele também instituiu e fomentou na cultura organizacional da FRG a valorização das relações sindicais como meio de engrandecimento da própria instituição, compreendendo que a qualificação e a melhoria do quadro de pessoal só prosperam efetivamente num ambiente de democracia e de participação crescente dos empregados na discussão e conquista de seus benefícios trabalhistas.

Nesse aspecto, teve papel decisivo, pelo lado da empresa, na construção bilateral da mais importante conquista histórica dos trabalhadores da Fundação, que foi o reconhecimento, via Acordo Coletivo, de sua condição de Participantes do Plano Previdenciário (CD) da FRG, corrigindo a distorção histórica que, 7 anos antes, quando foi criado o quadro próprio de pessoal, vedou aos empregados o acesso a tal condição, cerceando-lhes as perspectivas de futuro profissional e o seu próprio interesse de permanência no negócio da empresa.

Sua morte precoce é uma grande perda para a cultura das relações sindicais como forma de enriquecer o ambiente da empresa, seja pela compreensão e reconhecimento das conquistas de interesse dos empregados, seja pela visão de que os recursos humanos são o bem mais valioso de qualquer organização — e que, por isso mesmo, o que se pode fazer de melhor pela permanência de uma empresa no tempo é a consolidação de seus benefícios.

Rodrigo Carneiro Campello

Empregado da REAL GRANDEZA e Vice-Presidente do SINDEPPERJ

FRG promove Encontro de Dirigentes

Objetivo foi alinhar conceitos de Governança Corporativa e aprimorar processos de tomada de decisão na entidade

A Real Grandeza promoveu, entre os dias 17 e 19 de agosto, no Hotel Alpina, em Teresópolis (RJ), o primeiro Encontro de Dirigentes, com participação de integrantes dos conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva. O objetivo foi discutir questões relativas à Governança Corporativa, denominação que, em linhas gerais, é dada ao conjunto de regras que norteia o relacionamento entre instâncias decisórias de empresas ou instituições.

Para o presidente da FRG, Aristides Leite França, o encontro teve o mérito de provocar uma saudável discussão sobre a necessidade de aprimorar os papéis de cada colegiado na governança da entidade, alinhar suas concepções e alcançar um nível adequado de parceria na gestão.

Ao longo de três dias, palestrantes convidados fizeram exposições seguidas de debates. A primeira apresentação foi feita na tarde do dia 17 pelo diretor do Departamento de Políticas e Diretrizes da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), Paulo César dos Santos. Ele detalhou propostas, expectativas e metas da Secretaria para os próximos anos dentro do novo modelo de gestão adotado pelo Governo Federal para o Regime de Previdência Complementar. "Como responsáveis pela formulação da política do setor, nosso papel é ouvir e fazer o melhor possível", disse. Ele esclareceu vários aspectos das leis complementares 108/109 (2001), destacou a importância do regime jurídico atual como fator chave para criação de um ambiente favorável ao crescimento dos fundos de pensão e apontou a transparência e a confiança como valores essenciais para a consolidação do segmento.

Governança não é modismo — Na manhã seguinte, foi a vez de o ex-presidente da Previ Sérgio Rosa trazer novos elementos ao debate, a partir de sua experiência pessoal à frente do maior e mais antigo fundo de pensão brasileiro, com ativos da ordem de R\$ 140 bilhões.

"Governança Corporativa não é modismo. É um tema de interesse permanente e real", afirmou o executivo. Segundo Rosa,



O jornalista George Vidor (segundo à esquerda), que fez a palestra de encerramento, foi recebido pelo presidente do Conselho Fiscal, Júlio Souza Reis, pelo presidente do Conselho Deliberativo, Victor Albano Esteves, e pelo presidente da Real Grandeza, Aristides Leite França.

a boa Governança se traduz na criação de condições que permitam construir em torno da organização de poder algo que funcione bem, uma vez que, nas empresas, muitas vezes existem interesses conflitantes.

Rosa apontou aspectos que considera fundamentais para assegurar uma convivência harmônica entre os colegiados que compõem as instâncias de poder nos fundos de pensão. O principal deles é a divisão clara de competências e atribuições.

"É normal que a representatividade seja de competência da Diretoria Executiva. É o time da linha de frente de qualquer organização, é quem tem mais responsabilidade", disse, alertando, no entanto, que se a relação com o Conselho Deliberativo não estiver azeitada isso tem impacto negativo. "O atrito é um redutor de velocidade, da capacidade de se mover", ressaltou. Por esta razão, defendeu que Diretorias Executivas construam um compromisso conjunto com os conselhos deliberativos e compartilhem sempre: "Isso dá conforto e ajuda na hora de decidir".

O executivo destacou que, embora o Conselho Deliberativo seja a instância máxima decisória, isso não significa que seus integrantes devam se sentir responsáveis por tudo. "O foco do Conselho Deliberativo deve ser dirigido para as questões gerais: a aprovação do orçamento, do planejamento, das políticas de investimento", exemplificou. Segundo ele, existem matérias típicas do dia-a-dia em que o conselho nada agrega, não acrescenta valor. "Nesses casos, ou os conselheiros acabam tomando decisões meramente homologatórias ou terminam por gerar um processo de crise com a Diretoria Executiva, o que é totalmente improdutivo",

salientou. E foi taxativo: a clara definição de competências e o respeito às atribuições de cada colegiado são condições essenciais para redução de conflitos.

Para os conselhos fiscais, segundo Rosa, valem as mesmas regras. "A atuação do Conselho Fiscal não deve ser vista como uma interferência. É um trabalho complementar e que traz muita segurança", concluiu.

A palestra seguinte foi dada pela advogada e consultora Aparecida Pagliarini, reconhecida pelo mercado como uma das maiores especialistas em Governança de Fundos de Pensão. Profunda conhecedora da legislação que rege o setor, Aparecida ratificou as opiniões de Sérgio Rosa ao afirmar que, para administradores de recursos de terceiros, as regras de governança são uma necessidade. Segundo ela, "não existe receita de bolo, cada ambiente tem sua cultura e necessidades específicas, mas o princípio básico, que vale para todos, é que a boa governança deve ser pautada pela ética. Aparecida destacou a importância da divisão de poderes por competências para a promoção de uma gestão harmônica, reiterando que os propósitos dos colegiados devem ser únicos.

O Encontro de Dirigentes da FRG foi encerrado dia 19 com uma exposição do colunista do jornal O Globo e comentarista econômico da Globonews George Vidor. O jornalista abordou questões de governança sob a ótica da mídia. Depois de traçar um panorama da economia, Vidor destacou a crescente importância dos fundos de pensão como agentes de desenvolvimento e procurou reforçar a necessidade de adoção de uma conduta transparente para elevar o grau de confiança e credibilidade do setor.

Projeto de Sustentabilidade da Real Grandeza

Em busca do e

Após amplas discussões, termo de compromisso assinado pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear torna possível solucionar problemas que afetam a vida de participantes e assistidos da Real Grandeza

O Conselho Deliberativo tem trabalhado com absoluta prioridade para implementar os itens do chamado *Projeto de Sustentabilidade da Real Grandeza*, fruto de um acordo firmado com Furnas e Eletronuclear em outubro do ano passado, cujo objetivo principal é resolver questões pendentes relacionadas ao Plano BD e ao Plames. Na prática, esse acordo se traduziu em um documento no qual as patrocinadoras se comprometeram a solucionar problemas que afetam diretamente a vida de um grande número de filiados. Dada a importância do assunto, a assinatura desse termo de compromisso foi precedida por discussões que mobilizaram também as entidades representativas de participantes e assistidos que integram o Fórum em Defesa da Real Grandeza (são 19, ao todo). Vale lembrar que o primeiro resultado concreto dessas discussões foi a indicação consensual dos nomes que viriam a ocupar, após os devidos trâmites estatutários, os cargos de Diretor-Presidente e de Diretor de Investimentos da Fundação, em substituição àqueles cujos mandatos estavam prestes a terminar na ocasião (em setembro).

Pela dimensão alcançada, a expectativa em torno do Projeto de Sustentabilidade da Real Grandeza é muito grande, uma vez que o seu cumprimento integral representa o alcance de um novo patamar no relacionamento com as patrocinadoras, condição considerada essencial para que a Fundação exerça adequadamente o seu papel em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa.

As oito pendências enumeradas no Projeto foram: novo custeio do plano BD; provisões matemáticas a constituir; convênio de adesão aos planos; adequação das contribuições eternas; revisão do benefício de pensão do plano BD; revisão do Benefício Mínimo; revisão do limite do salário real de contribuição para os participantes ingressados a partir de 11 de abril de 1982; e, por fim, o Plames.

Acompanhe o andamento das questões abordadas no Projeto

Novo custeio do Plano BD

Ao fim de 2007, após um processo de fiscalização, a Secretaria de Previdência Complementar (reestruturada após a recente criação da Previc) determinou que o Plano de Custeio do Plano BD fosse revisto porque constatou que havia um excesso de contribuição tanto dos participantes e assistidos quanto das patrocinadoras frente às necessidades efetivas de custeio do BD. Com base na determinação, um novo Plano de Custeio foi elaborado, prevendo a redução das contribuições. A proposta apresentada pelo Conselho Deliberativo procurou solucionar também outras questões pendentes relacionadas ao custeio. O encaminhamento proposto acarretaria

algum impacto financeiro para as patrocinadoras. Em função disso, a proposta incluiu, como contrapartida, que tais encargos fossem compensados por meio da renegociação de dois contratos de dívidas firmados com as patrocinadoras referentes a déficits passados do Plano BD, com a suspensão do pagamento de 24 parcelas mensais, em atendimento a uma solicitação feita pela própria patrocinadora Furnas. Essa proposta foi aprovada pelas patrocinadoras e pela Eletrobras. Mas, pelo trâmite legal, deve ser avaliada também pelo Dest (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), subordinado ao Ministério do Planejamento, onde está sob análise no momento, e pela Previc (autarquia especial vinculada ao Ministério da Previdência).

Findas estas etapas, o Regulamento do Plano BD deverá ser alterado, contemplando as alterações já aprovadas pelo Conselho Deliberativo, o que implica cumprir novo ritual de aprovações pelas patrocinadoras e Previc.

Provisões matemáticas a constituir

Este tema diz respeito à parcela da dívida relativa ao déficit do Plano BD (apurado em 2000) de responsabilidade atribuída aos participantes e assistidos. O assunto já está resolvido em todas as instâncias, mas a sua inclusão no Projeto de Sustentabilidade foi feita para registrar a concordância de todos com a solução dada ao assunto, que envolveu a implementação de várias

entendimento

medidas de adequação à legislação. O Conselho Deliberativo baseou-se em documentação e pareceres emitidos nos últimos seis anos visando superar esta relevante questão pelos valores envolvidos, da ordem de R\$ 380 milhões.

Convênio de adesão aos planos

A solução requer a assinatura de Furnas no documento que trata do convênio de adesão relativo aos planos previdenciários, cujo objetivo é, mais uma vez, formalizar as práticas de administração que ocorrem desde a criação da Real Grandeza, em 1971. O documento que ratifica o termo anterior já foi encaminhado para assinatura da patrocinadora Furnas.

Adequação das contribuições eternas

Este item trata do compromisso estatutário assumido pela patrocinadora Furnas de pagar as contribuições de responsabilidade do empregado vindo de outra empresa, além de outras. Para ficar de acordo com as normas que regem os fundos de pensão, Furnas deve assinar um contrato financeiro já enviado pela FRG em substituição às contribuições eternas (5,09% sobre a folha de participantes), hoje incluídas no plano de custeio. Por determinação da SPC, essa contribuição será transformada em contrato de dívida do mesmo valor, calculada em R\$ 80 milhões, com prazo determinado para pagamento.

Revisão do Benefício de Pensão do Plano BD

Este item constitui um dos maiores desafios do Projeto de Sustentabilidade. A pensão de

45% da complementação de aposentadoria a que o cônjuge do participante da FRG tem direito na data do seu falecimento é fruto de um acordo firmado entre a patrocinadora e a FRG em 1979 e consolidado no regulamento do plano quando foi instituído o benefício de pensão. Reconhecidamente baixo, a FRG estuda, há tempos, alternativas que permitam elevar esse percentual. Como a melhoria da pensão é considerada aumento de benefício, esbarra numa série de obstáculos legais, além de exigir mudanças no Plano de Custeio e no Regulamento (com cumprimento de todos os tradicionais trâmites de aprovação nas patrocinadoras e órgãos governamentais). Embora ainda não haja uma solução fechada para resolver o problema, há uma mobilização na busca de uma alternativa viável, com a urgência que o tema requer.

Revisão do Benefício Mínimo

A correção do Benefício Mínimo de Pensão e Aposentadoria com valores aproximados de R\$ 172 e R\$ 344, respectivamente — é outra questão prioritária para a FRG. A elevação desses valores, embora não represente impacto expressivo do ponto de vista econômico, também se enquadra na categoria “melhorias de benefício” e, assim como no caso do reajuste das pensões, esbarra em restrições impostas pela legislação. Todos os esforços estão dirigidos na busca por uma solução que permita alterar a situação atual em conformidade com as normas vigentes.

Revisão do limite do salário real de contribuição para os participantes ingressados a partir de 11 de abril de 1982

Os participantes que ingressaram na Real Grandeza a partir desta data têm suas contribuições limitadas a três vezes o teto do salário de benefício da Previdência Social, o que significa dizer que não ultrapassa R\$ 9.656, a valores atuais. A restrição atinge profissionais que estão no topo da carreira nas patrocinadoras e desagrada a todos: os funcionários relutam em se aposentar para não baixar drasticamente o padrão salarial; a empresa, por sua vez, não consegue renovar o quadro funcional. A mudança também se encaixa na rubrica “aumento de benefício” e enfrenta as mesmas dificuldades encontradas na alteração dos demais benefícios.

Planes

Não há cobertura legal para que as patrocinadoras repassem, a título de subsídio, recursos ao plano de saúde. A menos que isso seja fruto de uma solução global, um acordo ou um contrato entre a patrocinadora e a FRG. A questão é complicada, exige intensa mobilização e atinge, fundamentalmente, os aposentados. Já existem estudos no âmbito da Eletrobras para estender a assistência médica a todos os assistidos das subsidiárias do Sistema Elétrico. Mas ainda estão em sua fase preliminar. Por outro lado, há trabalhos conjuntos da FRG e da patrocinadora FURNAS estudando alternativas para a questão da Saúde contemplando os assistidos.

Filiados avaliam o atendimento e meios de comunicação

Rentabilidade do semestre

No primeiro semestre do ano a rentabilidade global dos investimentos da Real Grandeza alcançou os 5,09%. No Plano BD, a rentabilidade registrada foi de 5,03% e, no Plano CD, foi de 4,17%. O período foi bastante impactado pela queda da Bolsa, que chegou aos 12,07%, influenciada pelos momentos de incerteza internacional em relação à recuperação econômica da Europa.

Apesar do cenário instável, a FRG obteve rentabilidades positivas e relativamente próximas às metas estabelecidas (6,44% para o BD e 8,59% para o CD). O desempenho deveu-se ao aumento dos investimentos em Renda Fixa (títulos públicos). Para se ter ideia, nos primeiros seis meses do ano a carteira do Plano BD registrou aumento de 8,07% nos rendimentos como resultado desse tipo de aplicação.

A instabilidade do mercado que atingiu negativamente a bolsa já era esperada. Tanto que, na virada do ano, com o aval do Conselho Deliberativo, foi aprovada na Política de Investimentos para 2010 uma redução da alocação estratégica em Renda Variável. No plano CD o percentual de carteira aplicado em ações foi reduzido dos 28% registrados em 2009 para 15%; no Plano BD, a participação que era de 20% ano passado caiu para 15%.

Seminário internacional

A Real Grandeza foi convidada a participar do seminário internacional *Hedge Funds World LatAm 2010*, programado para acontecer entre os dias 5 e 7 de outubro, em Miami (EUA). Nesta edição, o evento terá como foco as "Estratégias de Alocação de Portfólio para uma Nova Era". A FRG será representada pelo Gerente de Operações de Investimentos, Antonio Machado, que participará como palestrante no painel *América Latina Versus Fundos Internacionais*. O seminário também terá como convidados palestrantes representantes de outros fundos de pensão brasileiros, entre eles Previ, Centrus, Petros, BB Previdência e Banesprev.

Banco eletrônico de currículos

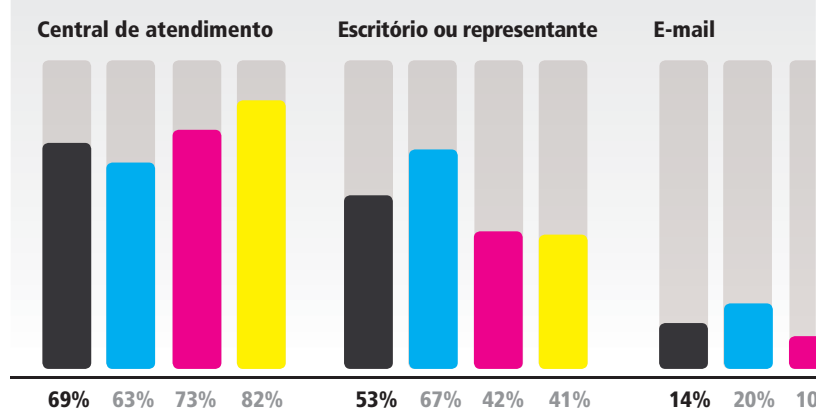
A partir de agora, o site da Real Grandeza conta com uma área específica para o cadastramento eletrônico dos currículos das pessoas que quiserem se candidatar a trabalhar na empresa. O acesso é feito pelo link "Trabalhe Conosco", que fica no canto direito do menu superior do site.

Ao acessar o link, os interessados devem criar um nome de usuário e senha e, em seguida, preencher formulário específico. A qualquer momento essas informações podem ser alteradas, bastando utilizar o mesmo login (nome de usuário) e a senha cadastrados.

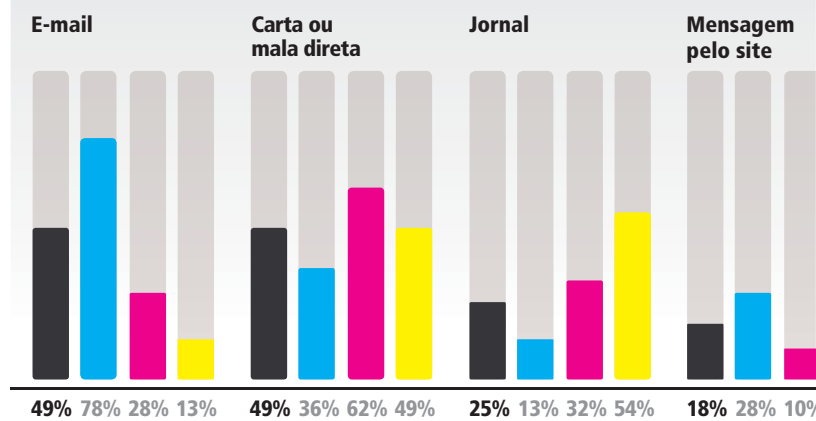
Todos os currículos permanecerão na base de dados da Gerência de Recursos Humanos pelo período de um ano. As informações fornecidas serão guardadas em sigilo e usadas apenas para processos de recrutamento.

Nesta edição apresentamos a segunda parte do resultado da Pesquisa de Satisfação realizada pela FRG com seus participantes e assistidos, em que a entidade obteve nota global média de 8,08 – numa escala de zero a dez. Concluído em julho, esse levantamento foi feito pelo Instituto Medida Certa Pesquisa e Estratégia de Gestão que ouviu, ao longo do

Quando precisa falar com a FRG, que meios prefere usar?



Através de que meios prefere receber informações da FRG?



Que nota daria para a Central de Atendimento da FRG?

Média geral
Em 2010 = **8,25**
Em 2007 = **7,93**

Que nota daria para o site da FRG?

Média geral
Em 2010 = **8,10**
Em 2007 = **7,89**

Que nota daria para e-mail e mensagens no site da FRG?

Média geral
Em 2010 = **7,91**
Em 2007 = **7,58**

Que nota daria para o jornal da FRG?

Média geral
Em 2010 = **8,08**
Em 2007 = **8,13**

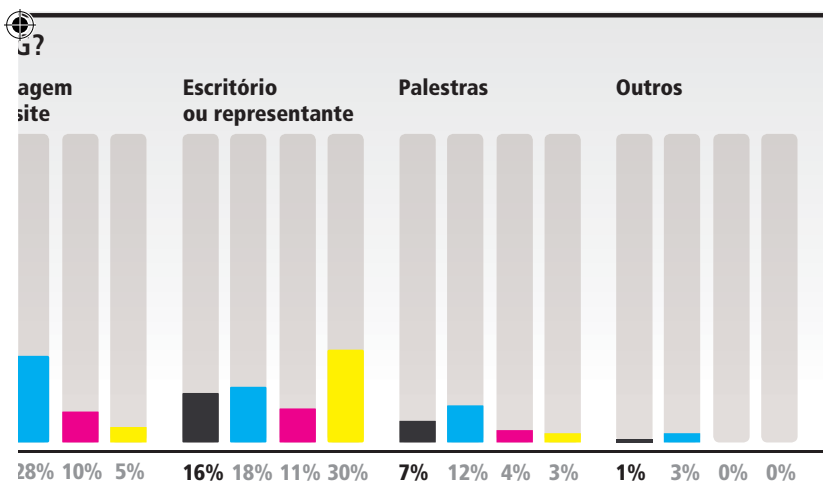
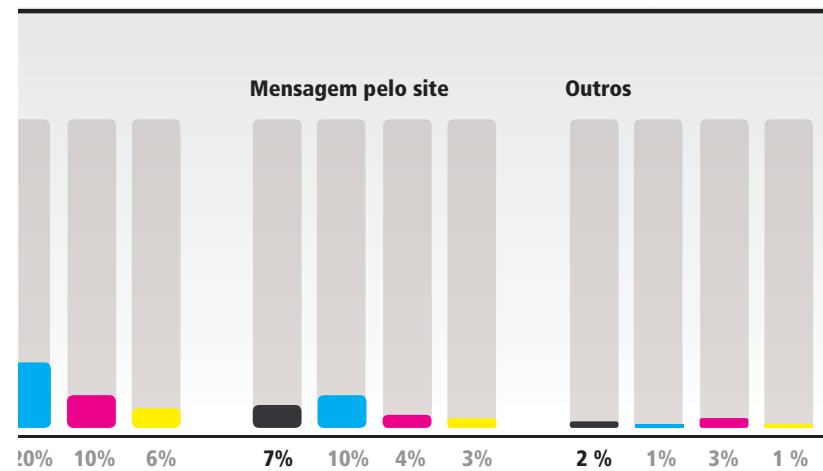
Que nota daria para o representante regional?

Média geral
Em 2010 = **8,42**
Em 2007 = **8,42**

Os meios de comunicação da FRG

Em março, um total de 1.402 pessoas vinculadas a Furnas e Eletronuclear e selecionadas aleatoriamente, sendo 737 ativos, 463 aposentados e 202 pensionistas.

Aqui apresentamos a opinião e a preferência dos filiados em relação aos meios de comunicação utilizados pela Fundação.



Que nota daria para as correspondências da FRG?

Média geral

Em 2010 = **8,32**

Em 2007 = **8,31**

Que nota daria para as palestras da FRG?

Média geral

Em 2010 = **6,93**

Em 2007 = **7,07**

Que nota daria para o Relatório Anual da FRG? (página 87)

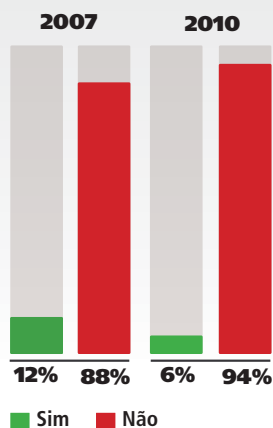
Média geral

Em 2010 = **8,33**

Em 2007 = **8,22**

Acha necessário outros meios de comunicação com a FRG?

Média geral



Novos Desafios

Motivado por novos desafios profissionais, deixei a Real Grandeza no dia 1º de setembro, poucos dias antes do término de meu mandato de três anos.

Nesses momentos de mudança é sempre desejável fazer um balanço. No caso da Real Grandeza, minha atuação vem de longe, desde 2005. Antes de fazer parte da Diretoria-Executiva, fui conselheiro do Plames e integrante do Conselho Deliberativo.

Como resultado dessa reflexão, faço um balanço positivo, embora – como todos sabemos – o processo de gestão seja dinâmico e exija esforços contínuos para a promoção de melhorias.

Quando assumi, tinha como propósito contribuir para formar uma diretoria coesa, unida em torno de um objetivo primordial: trabalhar para a Real Grandeza dar certo, de modo que sua estrutura se tornasse suficientemente forte para suportar pressões oportunistas, atuando sempre em defesa dos interesses da própria organização e, principalmente, dos seus filiados. Honrei esse compromisso do início ao fim.

Mas registramos outras realizações importantes, que representam um salto de qualidade, tais como a introdução de modernas ferramentas de gestão, caso dos sistemas de Fluxo de Trabalho e de Gestão Eletrônica de Documentos, em fase de implantação. Essas ferramentas vão aprimorar o processo de controle e organização do fluxo de documentos e informações corporativas.

O novo sistema de ponto e acesso, em fase de implantação, também merece destaque. Vai facilitar o processo de administração de pessoal, bem como o acesso às instalações da Fundação.

Tenho clareza de que nem sempre encontramos as condições ideais para a execução de todos os projetos. Por isso, deixo o cargo sem ter implantado três programas desenvolvidos para a área de Recursos Humanos – o plano de gestão de cargos e carreiras, os programas de avaliação de habilidades e o de metas por desempenho. Mas, com certeza, o trabalho desenvolvido servirá de base para ações futuras que visem ao aperfeiçoamento da estrutura organizacional.

Tivemos também a oportunidade de dar mais eficiência a toda a parte de administração de contratos e aquisições. Hoje os contratos são feitos e controlados por um Núcleo de Aquisição, criado para esse fim, que realiza as licitações. Para reforçar o trabalho, estamos implantando na área um software que produzirá registros na contabilidade, no fluxo de caixa e no planejamento de pagamentos.

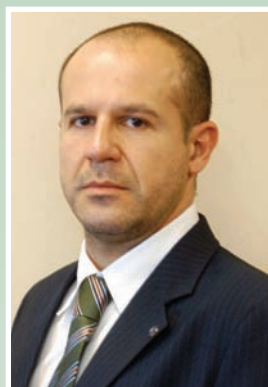
Desenvolvemos, ainda, várias ações para melhoria da infraestrutura do nosso edifício-sede, com destaque para as obras do arquivo central e a impermeabilização da laje de cobertura do 8º andar.

Ao deixar a FRG, agradeço o comprometimento e empenho dos meus gerentes e equipe, sempre dispostos a colaborar no que fosse necessário, a confiança dos meus pares de diretoria e o apoio do Conselho Deliberativo.

A todos que estiveram ao meu lado nessa caminhada deixo aqui o meu abraço e os meus votos de sucesso.

“Os fundos precisam colocar o bloco na rua”

Murilo Barella assumiu a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) em janeiro de 2010. Sua posse selou mais uma etapa do processo das mudanças ocorridas em 2009 na estrutura do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Ministério da Previdência Social. Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), Barella tem um extenso histórico de serviços prestados no Setor Público. Foi diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; secretário-executivo do Comitê Interministerial de Gestão de Participações da União; conselheiro do Comitê Gestor da Previdência Complementar (CGPC); diretor administrativo e financeiro do Instituto de Previdência e Saúde do município de Guarulhos (SP) e economista do Dieese. Além das atividades acadêmicas – foi professor da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Norte do Paraná – assinou coluna no Jornal de Londrina. Antenado com as novas



tecnologias, Barella demonstra enorme simpatia pelo uso do twitter, uma das redes sociais que mais cresce no país, como meio para expor idéias e atividades desenvolvidas na SPPC. Um episódio relatado à reportagem do Jornal da FRG ilustra bem o estilo, a disposição e a capacidade de Barella de empreender mudanças: foi dele a iniciativa de trocar o vocábulo “Controle” por “Governança” no nome do DEST, antes chamado “Departamento de Coordenação e Controle das Estatais”. É com a experiência acumulada, a força do currículo e uma reconhecida energia criativa que Barella se dedica a estruturar a SPPC. Confira a entrevista que concedeu ao Jornal da FRG.

JFRG - Quais as questões consideradas prioritárias para a SPPC?

A secretaria é nova, ela é fruto da reestruturação, no âmbito do Ministério da Previdência Social, do Regime de Previdência Complementar, que, com atribuições redistribuídas e as novas estruturas dela decorrentes, teve que ser recriada. Com a criação da nova autarquia, a Previc, que herdou o acervo administrativo da SPC, de equipamentos e de recursos humanos, as novas estruturas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) e da SPPC tiveram que ser equipadas e estruturadas para cumprir as atribuições que receberam. Isso determina praticamente começar do zero, haja vista que, além do local físico e dos equipamentos, precisaremos de pessoal para que possamos nos desincumbir das atribuições. Ressaltamos que todo o apoio e secretariado do CNPC e da CRPC é provido pela SPPC. Portanto, estruturar a secretaria já será um grande avanço.

JFRG - Que balanço faz desses sete meses de gestão?

Conseguimos realizar algumas de nossas atribuições legais: instalamos os dois colegiados, o CNPC e a CRPC, e montamos a estrutura que dá suporte às suas atividades. Assim, ambos os colegiados estão em pleno funcionamento. Cabe ressaltar que a SPPC herdou um estoque de 179 processos para julgamento na CRPC e estamos num esforço concentrado para regularizar o estoque, observados os prazos e normas para a apuração de infrações ao Regime de Previdência Complementar. Foram julgados 75 deles em pouco mais de três meses de instalação da CRPC! Resultado do

trabalho conjunto dos conselheiros e da SPPC. Elaboramos a proposta do Acordo de Metas de Gestão e de Desempenho da Previc (sob análise da área jurídica do MPS) e estruturamos a comissão interministerial de avaliação e monitoramento do Acordo. Recrutamos, selecionamos e montamos a equipe básica da secretaria. Participamos dos fóruns do Regime Complementar e afins, de conversas com os atores do Regime e também de eventos de fomento. Elaboramos, em parceria com a Ancep (Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e Abrapp, um seminário sobre a abordagem contábil previdenciária. Tudo isso, no meio da estruturação da Secretaria, que compreende outras atividades burocráticas internas inerentes à estruturação da SPPC. No momento, estamos elaborando um diagnóstico do Regime e também a proposta da base operacional-burocrática da previdência complementar do serviço público federal (Projeto de Lei nº 1992, de 2007).

JFRG - O que considera como principal desafio do cargo?

(Olhando o “cargo” e não a secretaria), vejo como principal desafio, na gênese da secretaria, a criação de uma cultura organizacional de profissionalismo e eficiência do Estado, que consiga integrar os diversos atores do Regime (participantes, entidades e patrocinadoras) de forma a termos uma capacidade de resiliência (absorção de impactos). Ou seja, temos que estruturar um órgão de Estado que dê conta tanto do aspecto político-democrático (a participação efetiva dos segmentos que compõem o regime), quanto do aspecto administrativo-burocrático (um nível ótimo de

normatização). Como gestor, creio que sejam estes os meus desafios.

JFRG - Como avalia a Governança dos fundos de pensão?

O nível de governança das organizações brasileiras, em geral, é bom. Mas, os fundos de pensão, a meu ver, estão acima da média. E credito boa parte desse desempenho à reestruturação ocorrida a partir de 2002 nos fundos de pensão e à participação efetiva dos trabalhadores nos colegiados das entidades. No entanto, a melhoria tem que ser contínua.

JFRG - Os fundos de pensão brasileiros são grandes investidores e têm importância cada vez maior como agentes do desenvolvimento econômico. O que falta para melhorar a imagem do setor?

Os fundos de pensão (fechados) no Brasil movimentam mais de meio trilhão de reais e não podemos ser inocentes ao ponto de achar que um volume de recursos líquidos dessa monta não vai provocar disputas e questionamentos. Assim, os fundos precisam “colocar o bloco na rua”. Precisam mostrar sua solidez: houve um grande “teste de stress” real com a crise (global, de 2008) e não se leu (na grande imprensa) uma frase sobre o bom desempenho das aplicações/investimentos dos fundos. É preciso ter uma atuação sistemática de comunicação, com foco na transparência e na responsabilidade social que os Fundos de Pensão trazem para os mercados onde atuam, inclusive o mercado financeiro. E isso pode acontecer também com um processo de formação e informação dos seus participantes, trazendo-os na sua defesa.